Políticas da imagem: extensão e qualidade do controle social na contemporaneidade

Júlia de Mello

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LITERATURA
| UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)
ORCID: 0000-0001-8434-2355

Giselle Beiguelman, *Políticas da imagem: vigilância e resistência na dadosfera*, São Paulo: Ubu Editora, 2021, 224 pp., ISBN 978 65 86497 52 6

“**A**o falar em políticas da imagem, portanto, não estamos falando apenas das associações entre política e imagem, mas também da sua conversão em um dos principais campos das tensões e disputas da atualidade (...)” (BEIGUELMAN, 2021: p.10). Assim Giselle Beiguelman abre seu livro *Políticas da Imagem*, publicado em 2021 pela Ubu Editora. A obra é constituída por seis ensaios que, como tento mostrar, configuram um exercício fundamental e obrigatório de se pensar a extensão e a qualidade dos regimes sociais sob os quais existir é necessariamente digital.

1. *Olhar além dos olhos, o primeiro ensaio*. Com a virada do século XIX para o XX, vivemos uma crise da representação¹, no sentido de repensar a relação humana com a palavra. Beiguelman inaugura sua discussão com um debate fundamental na história das humanidades, eu diria, a questão sobre como a industrialização, a consolidação da cidade moderna e do capitalismo levaram a uma cisão entre o olhar, a percepção, e o corpo, no sentido de que as representações estavam sendo repensadas a partir da virada subjetiva carregada, principalmente, pela psicanálise.

Com a atualidade, no entanto, a autora anuncia uma mudança nesse cenário. Beiguelman faz pensar que esta contemporaneidade quase holográfica a que chegamos, marcada pelas megatelas de LED que atravessam o *landscape* urbano mundo afora prenuncia o que preferimos entender por uma nova crise da representação, o que, segundo a autora, seria uma outra forma de olhar, ver, se relacionar, interagir, interactivar no mundo. Em suas palavras: “Rompe-se aí com o pressuposto da separação dos sentidos e da autonomia da visão em relação ao corpo, um dos marcos da reorganização da subjetividade e da vida, que ocorrem no processo de consolidação do capitalismo industrial e da urbanização do século XIX” (BEIGUELMAN, 2021: p.14).

As imagens, hoje digitais, carregam informações diversas: de coordenadas geográficas de sua captura ou criação à identidade de quem as capturou ou criou, assim como dados do equipamento usado nesses processos e seus dados de compartilhamento. Essas novas representações estão formando uma nova gramática das imagens em que o elemento não-humano expande a noção de representação. A produção de imagens com recursos não exatamente operados por humanos, como os satélites, QR-Codes etc propõe um imaginário que “não exclui novos formatos de produção imagética que potencializa e revalida o lugar do corpo no processo de produção das imagens, rompendo com a tirania retiniana da subjetividade moderna” (BEIGUELMAN, 2021: p.26).

Esta é, portanto, uma mudança em direção a uma forma de olhar além dos olhos, de ver com os olhos e olhar com o corpo. Ou seja, mais do que a potência metafórica da palavra no campo de produção de sentido, está em questão uma significação imagética que não se divide entre o receptor e a mídia e que, em muito, é determinada algoritmicamente, em termos de continuidades e rupturas, e perpassada por uma política específica.

1 Cf. PELLEGRINI, Tânia (2009). “Realismo: a persistência de um mundo hostil. Realismo: a persistência de um mundo hostil”. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. Niterói, v.11, n.14, pp. 11-36. Disponível em: <<http://revista.abralic.org.br/index.php/revista/article/view/212/215>>. Acessado em: 15 nov 2017.

É claro, isso implica consequências que se dispõem, em minha opinião, entre um controle positivo da sociedade e outro negativo². Na extremidade positiva está a consequência da democratização do acesso e da produção audiovisual, o que acaba resultando, inclusive, no surgimento de novos regimes sociais e estéticos. Noutra extremidade, contudo, está um controle negativo vigilante e padronizador. Esses controles configuram o espaço entre a resistência e a vigilância presentes no subtítulo da obra. Em ambos os casos, os imaginários estão determinados. Daí a dimensão política da produção imagética contemporânea.

2. *Dadosfera, o segundo ensaio*. Nele Beiguelman explora a vigilância. Ela acontece pelo processo de mineração de dados, com a exploração dos perfis pessoais dos navegantes, ensejando sua profilagem, i.e., a descoberta de suas informações de navegação acumuladas: tudo o que possibilite antever seus comportamentos e suscetibilidades de consumo. Esse processo consolida um estado de patrulhamento em favor do capitalismo global.

Imagens, que vão das selfies e fotos postadas nas redes sociais às imagens de câmeras de segurança ou à leitura de rostos para desbloqueio de aparelhos, integram um grande banco de dados de singularidades dos rostos e corpos, consolidando um sistema de controle social pelas imagens. Por meio do reconhecimento facial e das tecnologias ambientais, os corpos estão monitorados nos espaços. Mas é importante se discutir a falha desse sistema que se (re)compõe constantemente e resulta, por exemplo, no racismo ou preconceito algorítmico. E não apenas: importa discutir sobre a naturalização da vigilância e o fato de que a privacidade hoje já não é um valor em meio a tantas facilidades proporcionadas após a web 2.0.

Beiguelman ressalta que são as nossas imagens que alimentam o banco de dados que cumprem a nossa vigilância em nome de algumas poucas corporações: com o avançar da “plataformização da vida, há menos possibilidades de apostar em deparar-se com o inusitado. O enredamento em sistemas cada vez mais aderentes a todas as nuances do cotidiano torna a vida sem dúvida mais ágil, mas com poucas chances de encontro com o inesperado” (BEIGUELMAN, 2021: p.102).

A dimensão do controle está entranhada a tal ponto no corpo social que a biopolítica da dadosfera coloca em questão “o controle molecular dos corpos não só na esfera emocional, a partir da performance individual nas redes sociais, como também pelo controle fisiológico” (BEIGUELMAN, 2021: p.72). Olhos maquínicos podem acessar a fisiologia dos sujeitos através de suas imagens decodificadas algorítmicamente, o que acarreta transformações biopolíticas e estéticas.

2 Cf. COSTA LIMA, Luiz (2007). *Trilogia do controle: O controle do imaginário, Sociedade e discurso ficcional e O fingidor e o censor*. Rio de Janeiro, Topbooks.

3. *Ágora distribuída, o terceiro ensaio.* Nesse sentido de acessar a fisiologia dos sujeitos é que Beiguelman pensa sobre a cidade como algo para que olhamos e que também nos olha: “um espaço de intersecção entre territórios informacionais e físicos, ela se transforma na interface privilegiada das novas tecnologias de imagem” (BEIGUELMAN, 2021: p.84). O complexo de redes e ruas, que se tornou a cidade, expande a arquitetura para além do que a constitui essencialmente, atribuindo-lhe, em sua composição com o espaço, a função de mediação da vida social por imagens. É então o momento de ascensão cada vez maior da internet das coisas e da inteligência ambiental coligadas com a globalização corporativa que promove a dadosfera. A escalada desse tipo de tecnologia e mídia torna a relação com o mundo ainda mais sensorial, tátil, de modo a borrar os limites entre o real e o virtual e a suscitar novas dimensões sociais e políticas para se pensar a sociedade e o exercício da cidadania hoje.

Uma espécie de controle positivo a se mencionar diz respeito às novas possibilidades de interação com os dados no espaço público, o que acaba promovendo estratégias de participação social e política no espaço urbano por meio da mediação digital. Surge uma nova espécie de *accountability* a partir da capilarização da tecnologia na sociedade. Apesar da barreira do letramento digital, já temos no Brasil pequenos grupos que agem através de ativismos marcados pelo coletivismo do *Do it with others*, buscando soluções políticas, econômicas e sociais específicas que mobilizem práticas de cidadania em rede, um certo urbanismo de código aberto.

No entanto, “somos, portanto, corpos informacionais que podem não só transportar dados, como também ser entendidos como um campo de escaneamento e digitalização de informações” (BEIGUELMAN, 2021: p.109). O nosso corpo-a-corpo com o espaço urbano gera informações, a partir dos *gadgets* que carregamos e usamos, que são codificadas computacionalmente incrementando, negativa e positivamente, nossa experiência diária na cidade. Penso que não só o mundo corporativo é cada vez mais *data driven*, mas qualquer corpo em movimento no planeta está gerando e/ou usufruindo dos dados para sobreviver, o que corrobora com Beiguelman (2021:115) a afirmar que “os limites entre natureza e cultura perdem a definição e indicam novas dimensões estéticas e cognitivas”.

4. *Eugenia Maquínica, o quarto ensaio.* Nessa discussão é impossível não abordar os temas *deep learning*, *deep fakes* e *fake news*. Para Beiguelman (2021:133), a política da imagem hoje perpassa “o fato de que todos esses novos sistemas são produzidos por megaempresas de tecnologia que monopolizam inúmeros setores da vida social contemporânea”. Essas corporações detêm os principais serviços on-line que utilizamos e são os principais *players* do mercado de visão computacional e de serviços de armazenamento de dados.

É preciso mencionar a importância dessa reflexão, não apenas para como se deram as eleições de Trump e Bolsonaro, para citar dois exemplos presentes no livro, mas também um acontecimento mais recente, que integra totalmente essa discussão: o da PL das Fake News e a reação das *bigtechs* em relação ao projeto. Segundo a autora, surge, nesse contexto, uma espécie de “censura que não proíbe. Antes, define, algoritmicamente, o direito do que e como se pode ver. Das suas regras de operação emergem parâmetros de interdição que consolidam a nova colonialidade embarcada nos datasets, o datacolonialismo, no plano do imaginário” (BEIGUELMAN, 2021: 129).

Esses grandes conglomerados internacionais de tecnologia, que controlam toda a dinâmica descrita, criando esses imaginários a partir da coleta e da manipulação de informações, estão tornando a realidade cada vez mais previsível diante da acuidade dos modelos matemáticos e da elaboração algorítmica, a despeito das falhas possíveis. Isso impacta, é claro, nossos modos de ver, perceber e representar a realidade. Toda antecipação resulta de padrões já reconhecidos, de modo que “estamos vivendo a paradoxal situação de potencialmente criar a mais rica e plural cultura visual da história, pela democratização dos meios, e mergulhar no limbo da uniformização do olhar” (BEIGUELMAN, 2021:135).

5. *Memória Botox, o quinto ensaio.* Aborda-se aqui um tipo de memória específica desta era das imagens digitais, que acaba transformada em bem de consumo. A cultura pop estimulada por esse mercado que a circunscreve está inundada pelo passado (real ou inventado) e pela compulsão pelo arquivamento. O fato é que a relação com o passado muda completamente no sentido de que ele não deixa legado a ser continuado porque não temos tido o que conservar diante de tantas catástrofes ecológicas, do antropoceno ou capitaloceno, do desejo incessante de uma eterna juventude: tudo hoje é produzido “em uma lógica de reprogramação constante, como dados manipulados, a fim de serem infinitamente consumidas e reconsumidas.

Disso resulta a *ruin porn* que marca essa cultura visual: as ruínas de hoje são enigmas que não remetem a nenhum futuro e acabam violentas e violentadas pelo lucro que rendem — “Como ignorar que vivemos uma época em que a memória se tornou um souvenir descartável e qualquer violência se converte em imagem de consumo fácil?” (BEIGUELMAN, 2021:159).

Por outro lado, a estética da ruína que se apresenta neste momento pressupõe um trabalho com a memória que coloca em questão o irrecuperável, a falha, a lacuna, o erro, o ruído de processamento. E não é essa a vulnerabilidade do código informático hoje? Para além de estético, isso é também político e coloca em questão um imaginário de paisagens ruidosas e críticas.

6. *Políticas do ponto BR ao ponto Net, o último ensaio.* Ao fim, Beiguelman retoma o começo. Para ela a política ganha, midiaticamente, dimensões estéticas em oposição à crise da representação passada, quando as artes políti-

zaram as mídias. A imagem é agora um campo de tensões políticas em que os embates se projetam socialmente, sendo um dos territórios de disputa mais importantes da atualidade. Daí a necessidade de se expandir a reflexão sobre a imagem para além da representação e como campo político fulcral das disputas materiais e simbólicas da atualidade.

© 2023 Júlia de Mello.

Licensed under the [Creative Commons Attribution 4.0 International \(CC BY 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).